



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° , DE 2025.
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Requer informações ao Senhor Ministro das Relações Exteriores, em relação à notícia que a Venezuela estaria usando o Brasil em fraude de US\$ 1 bilhão de dólares no petróleo.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, §2º, da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, e após deliberação desta comissão, que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, quanto à notícia que a Venezuela estaria usando o Brasil em fraude de US\$ 1 bilhão de dólares no petróleo.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações, e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1- *O Itamaraty foi comunicado formalmente, por canais diplomáticos ou organismos internacionais, a respeito da utilização do Brasil como parte de um esquema de evasão das sanções impostas à Venezuela?*
- 2- *Considerando a gravidade do caso e seu impacto nas relações multilaterais, especialmente com países que mantêm sanções ao regime venezuelano, quais medidas diplomáticas estão sendo adotadas pelo Brasil para preservar sua imagem e sua neutralidade?*
- 3- *O MRE realizou ou pretende realizar consultas com os governos da China, dos Estados Unidos ou da Malásia — países*



* C D 2 5 7 6 6 0 9 5 6 1 0 0 *



diretamente afetados ou citados nas reportagens — a fim de esclarecer os fatos e demonstrar compromisso com a legalidade internacional?

- 4- *O Brasil corre o risco de sofrer retaliações diplomáticas, comerciais ou restrições financeiras devido a essa possível associação com fraudes internacionais? Como o Itamaraty avalia esse risco?*

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro das Relações Exteriores entenda como pertinentes, sobre o tema.

JUSTIFICAÇÃO

As recentes denúncias envolvendo o uso do território brasileiro como plataforma para mascarar a origem de petróleo venezuelano acendem um alerta grave para a soberania, a imagem internacional e a integridade institucional do Brasil.

Segundo notícia amplamente repercutida por veículos da imprensa nacional¹, empresas estariam fraudando a origem de embarques de petróleo da Venezuela — país alvo de sanções internacionais — com o objetivo de burlá-las e facilitar a entrada do produto no mercado global, especialmente na China.

A operação, estimada em mais de US\$ 1 bilhão, envolveria práticas sofisticadas como a adulteração de sinais de localização (spoofing) e transferência de carga entre navios em alto-mar, fazendo com que o petróleo venezuelano fosse falsamente rotulado como se tivesse origem brasileira. Isso não apenas compromete a legalidade do comércio exterior, como pode associar o Brasil a práticas ilegais de triangulação comercial e evasão de sanções — com sérias consequências diplomáticas, econômicas e reputacionais.

¹ <https://veja.abril.com.br/coluna/radar-economico/venezuela-estaria-usando-o-brasil-em-fraude-de-us-1-bi-no-petroleo/>



* C D 2 5 7 6 0 9 5 6 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

Apresentação: 13/05/2025 13:49:20.230 - CREDN

REQ n.62/2025

É extremamente preocupante que o nome do Brasil esteja sendo associado, ainda que indiretamente, a esquemas de dissimulação geopolítica envolvendo recursos estratégicos e regimes sob sanção internacional. O uso indevido da bandeira, dos portos e das águas jurisdicionais brasileiras, caso confirmado, pode configurar não apenas fraude comercial, mas também violação de compromissos internacionais assumidos pelo país, colocando em xeque sua credibilidade junto a parceiros estratégicos e organismos multilaterais.

Diante da gravidade dos fatos, é urgente que o governo federal, por meio dos ministérios competentes — em especial o Ministério de Minas e Energia, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa — atue de forma coordenada, transparente e firme. É essencial identificar responsabilidades, reforçar os mecanismos de fiscalização marítima e portuária, e impedir que o Brasil seja convertido, na prática, em território neutro para práticas ilícitas de comércio internacional.

Mais do que um escândalo comercial, este caso expõe vulnerabilidades que afetam diretamente a soberania nacional e o papel do Brasil como ator responsável no cenário global. É preciso agir com celeridade e responsabilidade — pois, em tempos de crise geopolítica e vigilância internacional, a omissão também tem um preço.

Sala das Sessões, de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER**

PL/GO

